



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Proc. Adm. nº 0316/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO - RJ, neste ato representado por seu Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº 012/2025, de 07 de janeiro de 2025, vem em razão da **IMPUGNAÇÃO** ao Ato Convocatório do Pregão em epígrafe, proposta pela licitante **D. ANTUNES BARBOSA TRANSPORTES E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ nº 23.526.514/0001-80, sediada a Rua Sambura F Pedra, Zona Rural, s/n, Duas Barras-RJ, apresentar as suas razões, para, ao final decidir, como segue:

I - DO RELATÓRIO

Trata-se da análise da **IMPUGNAÇÃO** ao ato convocatório do Pregão Eletrônico nº 008/2025, cujo objeto é **EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TERCEIRIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SRP** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, objetivando alteração do Edital conforme explanado a seguir, no mérito desta decisão.

II- PRELIMINARMENTE - DA ADMISSIBILIDADE

À análise preliminar cumpre a verificação dos requisitos formais para apresentação da presente impugnação, a qual foi encaminhada no dia 25/02/2025 via sistema Licitanet, dado que a sessão pública para recebimento das propostas no referido sistema estava prevista para o dia 28/02/2025.

No que se refere à tempestividade verifica-se a impugnação atender às exigências do Item 19 do Edital.

Sendo assim, este Pregoeiro tomou conhecimento dos fatos alegados, para a luz dos preceitos legais, analisar os fundamentos aduzidos pela impugnante.

III - DAS RAZÕES

A empresa Impugnante prima pela alteração do edital no que refere ao valor estimado para a contratação, alegando que o mesmo, supostamente, encontra-se abaixo dos valores atuais de mercado. Desta maneira, solicita a revisão dos referidos valores conforme segue:

“O edital em questão prevê a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de Auxiliar de Educação Infantil. Entretanto, conforme se extrai da Planilha Orçamentária (Anexo II do Edital), o valor estimado mensal por profissional é de R\$ 2.529,40, enquanto a Planilha de Composição de Custos aponta que o salário base da categoria, acrescido de encargos e benefícios, perfaz um custo total de R\$ 3.926,25 por funcionário.

Tal discrepância revela que o valor orçado pela Administração não é suficiente para cobrir os custos trabalhistas mínimos exigidos por lei, ferindo frontalmente o princípio da legalidade e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de caracterizar violação aos direitos dos trabalhadores, conforme demonstrado a seguir.”

IV - DO JULGAMENTO

Ressaltamos que, anteriormente, fora protocolado junto à Plataforma outro pedido de impugnação para o presente procedimento com questionamentos semelhantes, onde na oportunidade foi solicitado a manifestação das Secretarias de Educação e de Fazenda que se pronunciaram da seguinte maneira:

“É sabido que as empresas Terceirizadas contratam seus respectivos funcionários embasados na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os funcionários regidos pela CLT recebem um tratamento diferenciado e, conseqüentemente, fazem jus a vários benefícios, tais como: Salário, Décimo Terceiro, Férias acrescidas de 1/3, Inss, Fgts, Horas Extras, dentre outros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Quanto à planilha apresentada na Impugnação, nota-se que a fonte utilizada para justificativa de valores é a Convenção Coletiva do SAAE RJ, porém, o mesmo não tem base territorial no Município de Sumidouro-RJ, e, portanto, não serve de parâmetro para a impugnação pleiteada.

Se analisarmos superficialmente, podemos chegar à conclusão de que o gasto individual de cada funcionário por mês, gira em torno de aproximadamente R\$ 2.053,85 (Salário Líquido mais Fgts e Inss), levando-se em consideração a obrigatoriedade de recolhimento de Fgts no percentual de 8%, Recolhimento de Inss (20% patronal mais 5,80 referente a outras entidades), além, é claro, do décimo terceiro e 1/3 de férias uma vez por ano, se enquadrando portanto, na proposta inicial."

No que tange a estimativa, informamos que tal procedimento é realizada pelo Departamento de Compras o qual seguiu fielmente o que preconiza o art. 23 da lei 14.133/21, concomitante com o item 1.4 do Termo de Referência, conforme segue:

1.4. Serão considerados para fins de escolha do melhor preço os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os quais serão devidamente apurados pelo referido Departamento para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame.

Ressaltamos que os valores de referência encontrados pelo referido Dpto. foram apurados através da Plataforma Oficial Banco de Preços. O "BANCO DE PREÇOS" é uma plataforma de busca de preços em plataformas de compras do país todo, com base de preços públicos com mais de 783 fontes e utilizado por mais de 7.108 (sete mil e cento e oito) gestores públicos, onde se destacam alguns usuários como o Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Institutos Federais, Universidades, Ministérios, Infraero, Funasa, Incra, Prefeituras, Secretarias, Câmaras entre outros. Cabe ressaltar que os valores de referência já abrangem todos os encargos pertinentes.

Sendo assim, é certo de que os potenciais licitantes elaborem sua proposta levando em consideração todas/somente as variáveis exigidas no instrumento convocatório.

Desta maneira permanece inalterado o Edital.

V – DA DECISÃO

Em referência aos fatos expostos e da análise aos itens impugnados, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições e em obediência a Lei nº 14.133/21, bem como, em respeito aos princípios licitatórios, **DECIDE** que:

PRELIMINARMENTE, a presente Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2025, foi CONHECIDA, e NO MÉRITO, as argumentações apresentadas não demonstraram fatos capazes de convencer o Pregoeiro no sentido de rever os itens atacados pelo impugnante constantes no Instrumento Convocatório, sendo então motivo suficiente para o INDEFERIMENTO total das alegações constantes na Impugnação interposta, portanto julgada, IMPROCEDENTE.

Ressalte-se, ainda, que foram resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da finalidade, portanto, respeitadas as normas que regem a modalidade em comento.

É como decidido.

Sumidouro, 25 de fevereiro de 2025.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos do artigo 15, parágrafo 3º, do Decreto Municipal n. 1789/2007 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Galileu de Freitas
Prefeito Municipal